



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2016
ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XX/2016
SEI Nº 0011494-97.2016

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
ENGENHARIA CIVIL QUE ENTRE SI CELEBRAM
A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO TOCANTINS E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

A União, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**, com sede Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 Norte, Conjunto 01, Lotes 01/02, Palmas/TO, inscrito no CNPJ sob o nº 05.789.902/0001-72, neste ato representado por seu Diretor-Geral — **Flávio Leali Ribeiro**, brasileiro, separado, portador do documento de identidade nº M 5.387.661 SSP/MG e do CPF nº 718.916.766/87 — e pelo Secretário de Administração e Orçamento — **Teodomiro Fernandes Amorim**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 1.522.273 - SSP/GO e do CPF nº 282.526.081-91—, daqui por diante denominado CONTRATANTE, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXXXX**, representada por **XXXXXXXXXXXX**, brasileiro(a), casado(a)/solteiro(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº **XXXXXXXXXX**, SSP/XX e do CPF nº **XXXXXXXXXXXX**, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente instrumento, com fundamento na Lei Federal nº 10.520/2002 e no Decreto 5.450/2005, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, em conformidade com o Edital do Pregão Eletrônico nº 52/2016, seus anexos e os termos da proposta apresentada, todos constantes no Processo Eletrônico SEI nº 0011494-97.2016, mais as cláusulas e condições adiante descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de engenharia civil, para reforma do edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral do

Tocantins, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, Projeto Arquitetônico e Planilha de Referência, anexos ao Edital do Pregão Eletrônico nº 52/2016, partes integrantes deste instrumento independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os serviços serão executados de forma indireta e sob o regime de empreitada por preço global, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS SERVIÇOS

3.1.A reforma consiste em todos os serviços necessários para readequar os espaços utilizados pelos gabinetes de juízes eleitorais no primeiro e segundo andares e ambiente de serviços gerais no subsolo, inclusive eventuais serviços complementares, não explícitos na planilha orçamentária, mas necessários para a completa execução dos trabalhos:

- Readequação da disposição dos gabinetes de juízes localizados no primeiro e segundo andares;
 - ✓ demolição de pisos e paredes, remoção de cabos, desmontagem e retirada de equipamentos;
 - ✓ Desmontagem e remontagem de móveis;
 - ✓ construção de paredes de gesso acartonado, adequação de instalações elétricas e de rede lógica;
 - ✓ Acabamento de paredes e forro.
- Reforma geral do ambiente de serviços gerais;
 - ✓ Demolição de pisos, paredes, pias e demais elementos arquitetônicos;
 - ✓ Remoção de tubulação de água, ar-condicionado, esgoto e demais em desuso;
 - ✓ Adequação de tubulação de gás, água, esgoto;
 - ✓ Adequação das instalações elétricas e de rede lógica;
 - ✓ construção de paredes e acabamento das salas conforme projeto de arquitetura.

3.2. Os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo com as normas técnicas pertinentes e especificações constantes no edital do certame respectivo.

3.3. Todos os materiais utilizados deverão ser de primeira qualidade, novos e totalmente fornecidos pela contratada, devendo estar em conformidade com as normas da ABNT, INMETRO e de acordo com as especificações técnicas dos projetos. As tintas também deverão atender as normatizações da ABNT.

3.4. Os projetos e planilhas apresentados no certame foram orientativos, logo fica consignado que a proposta apresentada pela Contratada contempla todos os elementos necessários à completa execução dos serviços objeto deste contrato, de modo a não incorrer em omissões.

3.5. Considerar-se-á, inapelavelmente, a CONTRATADA como altamente especializada na obra e serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nos projetos, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento da edificação e de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos.

3.6. Os preços ofertados são correspondentes à execução da obra em Palmas/TO, contemplando, inclusive, os valores de quaisquer gastos ou despesas com instalações de máquinas, equipamentos próprios e andaimes, bem como as despesas de aquisição de ferramentas e materiais, seu transporte até o local de execução da obra, seu armazenamento e guarda, todos os equipamentos de segurança individual e coletiva e providências pertinentes, assim como as despesas relativas à mão-de-obra necessária a tais atividades, incluindo as previstas em leis sociais, seguros, fretes, impostos de qualquer natureza, lucro e outros encargos ou acessórios.

3.7 Na indicação de marcas presta-se somente a determinar os requisitos mínimos que devem estar presentes no objeto, aceitando-se produtos equivalentes que detenham as mencionadas especificações. Na comprovação da impossibilidade de adquirir e empregar determinado material especificado, deverá ser solicitada a sua substituição, a juízo da Fiscalização. Há a possibilidade de substituição de materiais especificados por outros equivalentes, desde que o novo material proposto possua, comprovadamente, equivalência com os constantes neste Projeto Básico quanto à qualidade, resistência, aspecto e preço.

3.8. Nos termos do Decreto 7.983/2013 (Art. 13, II), a Contratada concorda com a adequação do Termo de Referência que norteou a presente contratação, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, dez por cento do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

3.9. Não será permitida a subcontratação total dos serviços, tampouco subcontratação de serviços considerados atividade fim da contratada. Somente em condições especiais, com a autorização expressa da fiscalização, poderão ser subcontratadas partes específicas da obra, nas quais a mão-de-obra seja necessariamente especializada, desde que apresentado o contrato de terceirização, cujas cláusulas deverão mencionar claramente a obra a que se refere, o prazo de execução e a forma de pagamento.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Manter na obra, no mínimo, um conjunto completo de todos os projetos atualizados, planilha orçamentária e planilha de medições.

4.2. Executar os serviços objeto do presente contrato de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência e manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos.

4.3. Fornecer todos os materiais indispensáveis à boa execução dos serviços contratados, de acordo com as especificações técnicas e projetos executivos, assumindo inclusive as despesas referentes a transportes, cargas, descargas e movimentação de materiais, suas respectivas perdas e estocagem, dentro e fora do canteiro de obras, devendo os materiais empregados ser de primeira qualidade e compatíveis com os especificados nos projetos. A empresa se obriga a entregar os materiais com qualidade igual ou superior às descritas no Edital da licitação e seus anexos, ficando sujeito à escolha do TRE-TO, material de qualidade compatível aos apontados no projeto, se a marca, modelo ou referência cotado na proposta não atender as especificações determinadas;

4.3.1. A CONTRATADA deverá fornecer, ainda, todos os dispositivos e acessórios, materiais, ferramentas, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados, nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização da obra.

4.4 Submeter à aprovação do fiscal da obra amostras de todos os materiais de acabamento a serem empregados na obra, antes de serem aplicados.

4.5. Afastar, após o recebimento da notificação, qualquer dos seus empregados que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da equipe de fiscalização do TRE/TO.

4.6. Fornecer, sempre que solicitado pelo gestor do contrato, comprovantes de pagamentos dos empregados e do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes da execução deste contrato.

4.7. Manter atualizada na obra a listagem de todos os empregados, contendo nome, RG e função, inclusive eventuais funcionários de empresas subcontratadas. A lista será utilizada para autorização dos trabalhadores na obra.

4.8. Reforçar a sua equipe de funcionários na obra, se ficar constatada insuficiência da mesma, para permitir a execução dos serviços dentro do prazo previsto.

4.9. Proceder, ao final da obra, à limpeza e remoção do material desnecessário indesejável.

4.10. Assumir inteira e total responsabilidade pela execução do projeto, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas que compõem a obra.

4.11. Verificar e comparar, antes do início de qualquer etapa, todos os desenhos fornecidos para execução dos serviços.

4.12. No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à CONTRATADA formular imediata comunicação escrita ao fiscal da obra, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento da obra.

4.13. Submeter à aprovação do gestor do contrato, os nomes e os dados demonstrativos da respectiva capacidade técnica do responsável técnico que, porventura, venha a substituir o originalmente indicado.

4.14. Providenciar, às suas expensas, atestado de equivalência de desempenho dos materiais apresentados, junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similar ao descrito nas Especificações Técnicas, sempre que o fiscal da obra julgar necessário.

4.15. Providenciar, antes do início da obra, a Anotação ou registro de responsabilidade técnica no conselho profissional referente à execução da obra;

4.16. Garantir que o engenheiro responsável pela execução dos serviços realize no mínimo uma visita semanal à obra, para acompanhá-la.

4.17. Cumprir as legislações federais, estaduais e municipais, bem como seguir as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, diligenciando para que seus empregados e seus subcontratados trabalhem com Equipamento de Proteção Individual.

4.18. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução da obra, tais como:

- a) Salários;
- b) Seguros de acidente;

- c) Taxas, impostos e contribuições;
- d) Indenizações;
- e) Vale-refeição;
- f) Vales-transportes; e
- g) Outras previstas na respectiva convenção coletiva.

4.19. Responder pelos danos causados diretamente à Administração da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução da obra, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

4.20. Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados na obra ou no recinto da CONTRATANTE.

4.21. Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados para executar os serviços objeto do presente Contrato, assim como indenização que porventura daí se originarem e por tudo mais quanto as leis sociais e trabalhistas e fiscais, decorrentes da execução deste Contrato.

4.22. Retirar do canteiro e dos locais da obra todo e qualquer material que for rejeitado em inspeção feita pelo TRE/TO, em até 24 horas, independente das sanções previstas.

4.23. Desmanchar e refazer, às suas expensas, sem qualquer ônus para o TRE/TO, os serviços não aceitos pela fiscalização, quando for constatado o emprego de material inadequado ou a execução imprópria do serviço à vista dos projetos e especificações.

4.24. Permitir e facilitar à fiscalização a inspeção da obra em qualquer dia e hora, prestando todos os informes e esclarecimentos solicitados, relacionados com os serviços contratados.

4.25. Durante o período de garantia a CONTRATADA deverá, sob pena de aplicação das sanções legais, atender aos chamados da CONTRATANTE no prazo máximo de quinze dias corridos, contados da comunicação formal.

4.26. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições originalmente pactuadas, inclusive as de habilitação, qualificação e capacidade técnica operativa exigida no certame.

4.27. Fornecer e instalar os Equipamentos de Proteção Coletiva que se fizerem necessários no decorrer das diversas etapas da obra, de acordo com o previsto na NR-18 da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho;

4.28. Fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa nas diversas etapas da obra,

conforme previsto na NR-06 e NR-18 da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho e fiscalizar a sua utilização pelos operários;

4.29. Elaborar e implementar o PCMAT nas obras com vinte trabalhadores ou mais, contemplando os aspectos da NR-18 e os demais dispositivos complementares de segurança;

4.30. Seguir todos os procedimentos de segurança previstos pelas normas regulamentares do ministério do trabalho, tanto para os funcionários, transeuntes e demais pessoas envolvidas no processo, bem como as normas locais, estaduais e federais pertinentes;

4.31. Executar sob sua responsabilidade todas as instalações provisórias, alojamentos, refeitórios, depósitos e administração, destinados ao atendimento das necessidades durante a execução dos serviços;

4.32. Assumir todas as despesas inerentes à prestação do serviço, sobretudo aquelas previstas no Item 7 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. Expedir a Ordem de Serviço.

5.2. Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho.

5.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio todas as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.

5.4. Manifestar-se sobre cada uma das medições dos serviços executados pela CONTRATADA.

5.5. Rejeitar, caso estejam inadequados ou irregulares, após cada medição, os serviços prestados pela CONTRATADA.

5.6. Notificar a CONTRATADA, na ocorrência da situação prevista no item anterior, para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste contrato.

5.7. Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade.

5.8. Notificar a CONTRATADA acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.

5.9. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.

5.10. Analisar e decidir, após comunicação formal da CONTRATADA, eventuais inconsistências dos projetos em relação às normas técnicas e legislação vigente.

5.11. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, depois de verificada a regularidade da nota fiscal/fatura de acordo com as condições, preços, prazos estabelecidos neste contrato, Termo de Referência e nas demais regras a ele aplicadas.

5.12. Realizar a vistoria necessária para o recebimento, após solicitação por escrito da CONTRATADA, estabelecendo prazo razoável para conclusão das pendências, caso existam.

5.13. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

6. CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

6.1. Pelos serviços objeto do presente contrato, a CONTRATADA receberá o valor global de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

6.2. O pagamento à Contratada será efetuado mensalmente, a cada medição, por meio de Ordem Bancária efetuada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em 1 (uma) via, devidamente atestada pelo gestor do contrato.

6.3. Na nota fiscal/fatura deverá constar, obrigatoriamente, as seguintes informações:

- a) Data de emissão da nota fiscal;
- b) CNPJ do TRE (05.789.902/0001-72) e da Contratada.
- c) Descritivo do tipo de serviço prestado e valor total.
- d) Valor dos serviços e dos materiais em separado.

6.4. Juntamente com a nota fiscal deverão ser apresentados pela Contratada os seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social;
- b) Certidão de Regularidade do Empregador perante o FGTS;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Federal, através de apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos

Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Receita Federal do Brasil;

d) Guia de Recolhimento do FGTS e da informação à Previdência Social (GFIP), com a relação impressa de tomadores/Obras – RET(funcionários), devidamente quitada, referente a última competência vencida;

e) comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) expedida eletronicamente. (Lei nº 12.440/2011);

f) Guia da Previdência Social (GPS) devidamente quitada, referente à última competência vencida;

g) Guia de Recolhimento do ISS (imposto sobre serviços) incidentes sobre os serviços objeto desta licitação, devidamente quitada, referente à última competência vencida;

h) Comprovante de pagamento dos empregados utilizados na execução deste contrato, referente à última competência vencida, inclusive de eventuais subcontratações;

6.5. Os documentos acima deverão ser da Contratada, não será aceita a substituição de documentos da matriz para filial ou vice-versa.

6.6. A gestão do contrato deverá encaminhar a nota fiscal e demais documentos à Secretaria de Administração e Orçamento, devidamente conferidos e atestados, para fins de análise e pagamento.

6.7. A nota fiscal/fatura deverá indicar o número da conta corrente e agência bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária, além do número da nota de empenho.

6.8. Sobre as faturas incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a Contratada isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com as faturas, cópia do comprovante respectivo.

6.9. Poderá ocorrer a retenção do ISS, após análise da legislação pertinente, documentos apresentados e dos termos contratuais, sobre o valor dos serviços, na porcentagem pertinente ao município em que estiver sendo realizado o serviço.

6.10. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

6.11. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizado.

6.12. Para pagamento da primeira fatura a contratada deverá comprovar possuir escrituração contábil no período de duração da obra, mediante cópia do balanço extraído do livro diário devidamente formalizado, para o exercício, findo, e, para o exercício em curso, declaração firmada pelo representante legal ou mandatário da empresa e pelo contador de que os valores apresentados estão contabilizados.

6.13. Para o primeiro pagamento deverá apresentar ainda o comprovante de anotação de responsabilidade técnica sobre execução da obra no CREA-TO e matrícula da obra no INSS, exceto se houver enquadramento no disposto no art. 322, V, da Instrução Normativa RFB nº 971/09.

6.14. O pagamento da última parcela será condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

- a) Termo de recebimento definitivo da obra;
- b) Certidão Negativa de Débitos, emitida pela SRF, relativa à matrícula da obra no INSS;
- c) Comprovação de quitação das verbas rescisórias referentes aos empregados demitidos durante a obra ou imediatamente após o término desta;
- d) Declaração, sob as penas da lei, de que os demais empregados constantes da relação da equipe de trabalho, cuja comprovação de quitação das verbas rescisórias não tenha sido apresentada, pertencem ao quadro “permanente” da empresa e que continuam a integrar este quadro;
- e) Declaração, sob as penas da lei, de que inexistem débitos para com os fornecedores ou prestadores de serviços, que tenham fornecido materiais ou prestado serviços na respectiva obra.

6.15. O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento da contratada os eventuais débitos, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTAMENTO

7.1. O presente contrato não terá reajustamento dos preços contratados durante a sua vigência.

8. CLÁUSULA OITAVA: DA GARANTIA DA OBRA

8.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia com prazo não inferior a cinco anos quanto à solidez e segurança para as estruturas e dois anos para a pintura e demais serviços, a contar do recebimento definitivo da obra.

9. CLÁUSULA NONA: DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

9.1. No interesse da Administração do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado até o limite de 50%

(cinquenta por cento), conforme disposto no art. 65, parágrafos 1º, da Lei nº 8.666/1993.

9.2. Ressalte-se que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

9.3. A formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pelo TRE/TO, mantendo-se, em qualquer aditivo contratual, a proporcionalidade da diferença entre o valor global estimado pela Administração e o valor global contratado, mantidos os limites do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

10. CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato será fiscalizado e acompanhado pelo gestor especialmente designado pela Secretaria de Administração e Orçamento, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93) e notificando a autoridade superior, quando necessário, para as providências corretivas.

10.2. As relações mantidas entre o TRE-TO e a Contratada, serão intermediadas pelo gestor responsável pela fiscalização do contrato.

10.3. A Contratada é obrigada a facilitar a minuciosa fiscalização dos materiais e execução da obra e serviços contratados, sendo-lhe assegurado o direito de ordenar a suspensão das obras e serviços sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a construtora e sem que esta tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ter atendido dentro de quarenta e oito horas, a contar da anotação no diário de obras, qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviço executado ou material posto na obra.

10.4. Fica a Contratada obrigada a retirar da obra, imediatamente após o recebimento da ordem de serviço correspondente, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado que, a critério da fiscalização, venha a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica.

10.5. A fiscalização dos serviços de engenharia que compõem a obra será exercida por comissão ou servidor designado pela administração do TRE-TO.

10.6. À Fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento fiel do contrato e impugnar todo e qualquer material ou serviços executados pela construtora, que não atendam às condições contratuais e aos projetos, cabendo à construtora refazer os serviços rejeitados e arcar inteiramente com os custos decorrentes.

10.7. À fiscalização caberá esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas no projeto básico, aprovar materiais equivalentes propostos pelo contratado, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia e desempenho requeridos pelas especificações técnicas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO RECEBIMENTO DA OBRA

11.1. Quando a obra estiver completamente concluída, a Contratada solicitará por escrito à gestão do contrato para que faça a vistoria necessária para o recebimento. A gestão do contrato terá o prazo máximo de cinco dias para vistoriar a obra e se manifestar, estabelecendo prazo razoável para conclusão de pendências, caso existam.

11.2. Confirmada a conclusão da obra, será lavrado o Termo de Entrega e Recebimento Definitivo pela gestão do contrato.

11.3. A assinatura do Termo de Entrega e Recebimento Definitivo indica que o objeto recebido está conforme o Contrato, ficando a empresa construtora quite com os encargos contratuais, mas permanecendo sua responsabilidade pela solidez e segurança da obra nos termos das legislações civil, profissional e penal aplicáveis.

11.4. O Termo de Entrega e Recebimento Definitivo será lavrado e assinado pela gestão do contrato e pelo representante da empresa contratada.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O atraso injustificado para o início, cumprimento do cronograma e término da prestação dos serviços sujeitará a Contratada à multa de mora calculada sobre o valor do Contrato, sem prejuízo das demais sanções, inclusive a prevista no inciso IV, do art. 78, da Lei nº 8.666/1993, que será aplicada na seguinte forma:

- a) Atraso de até 5 (cinco) dias, advertência por escrito;
- b) Atraso superior a 5 (cinco) dias, multa diária de 0,3% sobre o valor do Contrato, limitada a 10% (dez por cento), sem prejuízo da rescisão unilateral por parte da Administração.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Contratada ficará sujeita às penalidades:

- a) Advertência por escrito, pelo descumprimento de determinações do gestor do contrato;

- b) Multa de 3% (três por cento), pelo descumprimento reiterado de determinações do gestor do contrato, aplicada sobre o valor da medição correspondente ao período em que for aplicada a penalidade;
- c) Multa de 3% (três por cento), pela entrega ou execução de serviço em desacordo com as especificações do projeto básico, aplicada sobre o custo total deste serviço, sem prejuízo de ter que refazê-lo às suas expensas;
- d) Multa compensatória de até 10% (dez por cento), aplicada sobre o valor total do contrato;
- e) Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

12.3. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pelo Tribunal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

12.4. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato.

12.5. As multas e outras sanções administrativas só poderão ser relevadas motivadamente por conveniência administrativa, mediante ato devidamente justificado, expedido pela autoridade competente.

12.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar, a Contratada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. Por quaisquer descumprimentos das obrigações contratuais, a Contratada receberá comunicação por escrito, com prazo de defesa de 5 (cinco) dias úteis, para sanar as irregularidades apresentadas pela Fiscalização.

13.2. Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da Administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e ampla defesa, nos casos especificados no Art.78, I a X e XVII da Lei 8.666/93, além de outros previstos na legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

14.

14.1. O início dos trabalhos deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias após o recebimento da Ordem de Serviço, sendo que o prazo total para execução dos trabalhos é de **90 (noventa) dias**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela contratada.

14.2. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado por motivo relevante, desde que circunstancialmente justificado e aceito pela CONTRATANTE.

14.3. Ocorrerão medições a cada período de 30 (trinta) dias.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA: DA VIGÊNCIA

15.1 O presente contrato vigorará pelo período de 180 (cento e cinquenta) dias, contados a partir da data da assinatura.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO

16.1. Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito do Contratante de adotar, no que couber, as medidas previstas no artigo 80, da Lei n.º 8.666/1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS

17.1. O presente Contrato fundamenta-se nos termos estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico n.º XX/2016, e seus anexos, e na proposta da Contratada que constam do Processo Eletrônico SEI nº 0011494-97.2016

17.2. Naquilo que não contrarie o interesse público; o este instrumento funda-se ainda:

- a) Nas demais determinações da Lei 8.666/1993 e alterações posteriores;
- b) Nos preceitos do Direito Público;
- c) Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

17.3. Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. As despesa decorrentes da presente contratação correrão dos recursos disponibilizados na Dotação Orçamentária 02.122.0570.20GP.0017 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral, Elemento de Despesa 3.3.3.9.0.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Tocantins, Seccional Palmas, para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato.

Por estarem de acordo, as parte assinam este instrumento contratual por meio do Sistema Eletrônico de Informações da CONTRATANTE.

Palmas/TO, _____, Julho de 2016.

FLAVIO LEALI RIBEIRO

Diretor-Geral do TRE/TO

TEODOMIRO FERNANDES AMORIM

Secretário de Administração e Orçamento do TRE/TO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante da Contratada